

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

Matheus Lins Rocha

Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira

LEI DE ARBITRAGEM

Comentada

Prefácio

Ministro Luis Felipe Salomão

4ª
edição

revista,
atualizada
ampliada

2025



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. ESCORÇO HISTÓRICO DA ARBITRAGEM NO BRASIL.....	25
2. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	29
3. CONCEITO DE ARBITRAGEM	34
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM.....	35
5. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ARBITRAGEM	50
6. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	52
7. AUTONOMIA DO DIREITO ARBITRAL E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ARBITRAGEM.....	62
8. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM.....	69
8.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM	70
8.2. PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM	79
8.3. PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO RELACIONADOS À ARBITRAGEM.....	118

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Art. 1º	121
1. ARBITRABILIDADE	121
1.1. ARBITRABILIDADE SUBJETIVA.....	122
1.2. ARBITRABILIDADE OBJETIVA.....	124
2. ARBITRAGEM TEMÁTICA.....	131
2.1. ARBITRAGEM NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	131
2.2. ARBITRAGEM COLETIVA.....	138
2.3. ARBITRAGEM NAS LOCAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS	157
2.4. ARBITRAGEM NO DIREITO SOCIETÁRIO	161
2.5. ARBITRAGEM NA FALÊNCIA, NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	169
2.6. ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA	175
2.7. ARBITRAGEM NO DIREITO DAS SUCESSÕES	177

2.8. ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO	178
2.8.1. CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM TRABALHISTA	181
2.8.2. ABRANGÊNCIA DA ARBITRAGEM TRABALHISTA	188
2.8.3. ADIANTAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS NA ARBITRAGEM TRABALHISTA	190
2.9. ARBITRAGEM E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	192
2.9.1. ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES ARBITRAIS E ÁRBITROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	209
2.9.2. ANTECIPAÇÃO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS NA ARBITRAGEM ENVOLVENDO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	213
2.9.3. VERBA HONORÁRIA LIGADA À SUCUMBÊNCIA NA ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	215
2.10. ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....	215
2.11. ARBITRAGEM E O DIREITO AMBIENTAL.....	219
2.12. ARBITRAGEM NO DIREITO DO AGRONEGÓCIO	222
2.13. ARBITRAGEM NO DIREITO DESPORTIVO	225
3. ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA OU NECESSÁRIA	228
4. FINANCIAMENTO POR TERCEIROS.....	233
Art. 2º.....	234
1. ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	235
2. ORDEM PÚBLICA E BONS COSTUMES	238
Art. 3º.....	247
1. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	247
2. EFEITOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	249
3. EXTENSÃO SUJETIVA DA CONVENÇÃO	252
4. EXTENSÃO OBJETIVA DA CONVENÇÃO	261
Art. 4º.....	263
1. CONCEITO DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	264
2. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E ELEIÇÃO DE FORO	270
Art. 5º.....	272
1. ESPÉCIES DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	272
Art. 6º.....	278
1. COMPLEMENTAÇÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL VAZIA	278
Art. 7º.....	279
1. AÇÃO JUDICIAL DE EXECUÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	280
Art. 8º.....	284
1. AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	284

Art. 9º	289
1. COMPROMISSO ARBITRAL.....	289
Art. 10.	291
1. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	291
Art. 11.	292
1. ELEMENTOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	293
Art. 12.	294
1. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	294
Art. 13.	295
1. QUALIFICAÇÃO DO ÁRBITRO	296
2. ESCOLHA, ACEITAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS.....	301
3. ÁRBITRO PRESIDENTE, SECRETÁRIO, COÁRBITROS E <i>UMPIRE</i>	304
4. ATRIBUTOS DO ÁRBITRO	306
Art. 14.	316
1. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	317
2. RECUSA E DESTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	343
Art. 15.	343
1. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO	343
Art. 16.	344
1. DIREITO DE ESCUSA E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	345
Art. 17.	345
1. RESPONSABILIDADE PENAL DO ÁRBITRO	345
2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ÁRBITRO E DA INSTITUIÇÃO ARBITRAL.....	346
Art. 18.	348
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PREVISÃO	348
Art. 19.	349
1. INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	349
Art. 20.	356
1. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO DO ÁRBITRO E DE NULIDADE, INVALIDADE OU INEFICÁCIA DA CONVENÇÃO	356
Art. 21.	358
1. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	359
2. FASES DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	361
2.1. FASE POSTULATÓRIA	361

Art. 22.	365
1. INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	365
2. PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PROVAS E RESPECTIVOS MEIOS DE PRODUÇÃO	366
3. REVELIA	379
4. MEMORIAIS	382
Art. 22-A.	382
1. TUTELAS DE URGÊNCIA NA ARBITRAGEM	382
2. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	386
3. ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA	388
Art. 22-B.	393
1. APRECIÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA PELO ÁRBITRO DA TUTELA CONCEDIDA PELO PODER JUDICIÁRIO	393
Art. 22-C.	394
1. CARTA ARBITRAL	394
Art. 23.	398
1. SENTENÇA ARBITRAL	398
Art. 24.	402
1. DECISÃO DOS ÁRBITROS	402
Art. 25.	403
Art. 26.	403
1. REQUISITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	403
Art. 27.	409
1. CUSTAS E DESPESAS DA ARBITRAGEM E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	409
Art. 28.	410
1. CONCILIAÇÃO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL	410
Art. 29.	411
1. COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	411
Art. 30.	412
1. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E CORREÇÃO	413
Art. 31.	415
1. EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	415
Art. 32.	416
1. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	416

1.1. PRECEDENTES VINCULANTES DO ARTIGO 927 DO CPC E NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	422
1.2. NULIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	432
1.3. DECISÃO QUE EMANOU DE QUEM NÃO PODIA SER ÁRBITRO	434
1.4. NULIDADE DA SENTENÇA QUE NÃO CONTIVER OS REQUISITOS DO ART. 26 DA LEI DE ARBITRAGEM	435
1.5. SENTENÇA PROFERIDA FORA DOS LIMITES DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	436
1.6. SENTENÇA PROFERIDA POR PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO PASSIVA	438
1.7. SENTENÇA PROFERIDA FORA DO PRAZO, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 12, INCISO III, DA LEI DE ARBITRAGEM	438
1.8. NULIDADE DA SENTENÇA QUANDO FOREM DESRESPEITADOS OS PRINCÍPIOS DE QUE TRATA O ART. 21, § 2º, DA LEI DE ARBITRAGEM	439
Art. 33.	441
1. MEIOS DE RESISTÊNCIA AO COMANDO CONTIDO NA DECISÃO ARBITRAL	442
1.1. AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL	443
1.1.1. PRAZO DECADENCIAL DE 90 DIAS	452
1.1.2. MEDIDAS DE URGÊNCIA NA AÇÃO ANULATÓRIA	454
2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	457
2.1. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	469
2.2. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	469
3. AÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL QUE HOMOLOGA TRANSAÇÃO DAS PARTES COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 966, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	483
4. AÇÃO RESCISÓRIA	484
5. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO ARBITRAL	485
6. AÇÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL COMPLEMENTAR	489
Art. 34.	490
1. ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL	491
Art. 35.	491
1. HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	491
Art. 36.	493
1. APLICAÇÃO DO CPC/2015 À HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	493
Art. 37.	494
1. REQUERIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	494

Art. 38.	495
1. DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA NO ARTIGO 38	496
Art. 39.	502
1. DUAS HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA NO ARTIGO 39.....	503
Art. 40.	507
1. EFEITO DA DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	507
Art. 41.	507
1. DISPOSIÇÕES FINAIS	507
Art. 42.	510
1. EFEITOS DA APELAÇÃO NO PEDIDO DE INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM.....	510
Art. 43.	512
Art. 44.	512
Projeto de reforma da lei de arbitragem (PL 3.293/2021): inconstitucionalidade.....	512
O Supremo Tribunal Federal e o dever de revelação	515
REFERÊNCIAS	519